

Transexuais nas Forças Armadas afirmam sofrer discriminação

Ações na Justiça e cobrança de entidades elevam pressão por mudança de posição de militares

19.fev.2018 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA ([//www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/02/19/](http://www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/02/19/))

Natália Cancian

BRASÍLIA Ana (nome alterado a pedido) estava há mais de dez anos nas Forças Armadas. Não tinha problemas de saúde e ocupava posição equivalente ao tempo de carreira.

Ainda assim, tão logo comunicou que pretendia deixar o gênero masculino registrado nos documentos para ser reconhecida como mulher, foi afastada das funções.

No laudo emitido por uma junta médica, que terminou por aposentá-la compulsoriamente, estava o código CID F640, que aponta "transexualismo". "Incapaz" para a atividade militar.

"Disseram que não sou a mesma pessoa que fez a prova para entrar. Como, se não mudei meu CPF, nem qualquer dado exigido no exame de admissão?", questiona.

Desde janeiro, o aumento de ações na Justiça e novos questionamentos de entidades têm elevado a pressão para que as Forças Armadas revejam sua postura em relação a militares transexuais — pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascer e buscam alterá-lo.



Militares em desfile em Brasília - Edu Andrade - 7.set.2017/Fatopress/Folhapress

A polêmica ganhou o debate público com uma recomendação do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro para que Exército, Marinha e Aeronáutica aceitem transexuais em seus quadros. Questionadas, as três entidades informam que a solicitação "está sob análise".

"Até agora, todos os militares que mudam de sexo são reformados. Mesmo quando são de quadros em que só se permite homens [e não mulheres], sem entrar no mérito de não aceitarem mulheres, não é dada a chance de transferência", diz Renato Machado, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que abriu inquérito sobre o caso.

A Defensoria Pública da União entrou com ação civil pública para que as Forças Armadas sejam impedidas de afastar transexuais da carreira militar.

A medida ocorreu após o órgão receber uma primeira decisão favorável a uma militar afastada da Marinha depois de mudança de gênero (de homem para mulher). "Mas a Marinha ainda não cumpriu a medida", diz o defensor federal Thales Treiger.

Em nota, a Marinha diz que o processo de aposentadoria foi suspenso, mas o retorno não ocorreu porque a profissional "permanece em licença médica", como estava antes de ser reformada.

Além desse caso, segundo o MPF-RJ, ao menos outros sete afastamentos chegaram à Justiça. "Mas há também casos antigos, quando não entravam com ações", diz o procurador Machado.

NOVA DISPUTA

Militares afastadas e entidades se organizam para cobrar a posição do CFM (Conselho Federal de Medicina) sobre os afastamentos após avaliação médica.

Questionado, o CFM diz que "não se manifesta sobre casos específicos" e que o paciente que se sentir prejudicado durante um atendimento "pode apresentar sua denúncia formal ao conselho regional onde ocorreu o fato".

Segundo militares ouvidas pela **Folha**, em alguns casos, a justificativa inicial para o afastamento é o tratamento de saúde o processo de transexualização envolve terapia hormonal e cirurgia.

Foi o que ocorreu com Ana, por exemplo. "Em um primeiro momento, falaram que o afastamento era para me preservar [durante o tratamento]", diz. Mesmo assim, finalizado o processo, o retorno não aconteceu.

Situação semelhante ocorreu com B., que era oficial superior da Marinha, cargo que deixou em 2008. Na época, relata, decidiu que faria a transição do gênero masculino para o feminino. "Cada pessoa tem um limite. Quando fiz 35 anos, decidi contar para todos [que era transexual]."

A notícia não foi bem recebida: logo foi colocada de "férias". Em menos de 90 dias, foi aposentada. "Ainda me chamaram para conversar e dizer que a reforma era melhor, porque eu ia sofrer muito preconceito lá dentro."

Para Keila Simpson, presidente da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), os afastamentos denotam discriminação. "É preciso ter instrumentos legais contra isso."

Segundo ela, além de acompanhar os casos referentes à carreira militar, a associação pretende solicitar ao Ministério da Defesa que mulheres trans que ainda têm o gênero masculino nos documentos sejam dispensadas do alistamento obrigatório.

OUTRO LADO

Exército, Marinha e Força Aérea informaram ser contrários a atitudes preconceituosas ou de intolerância dentro das Forças Armadas e afirmam estabelecer "tratamento igualitário".

Em nota, o Exército diz que preza a "isonomia para todos seus integrantes" e candidatos a ingressar na instituição, "independentemente de orientação ou redesignação sexual".

Diz ainda observar os direitos previstos na Constituição, "sem se descuidar dos princípios basilares da carreira das armas". Posição semelhante é apresentada pela Marinha e Aeronáutica. Informam que o ingresso "é facultado a todos os brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei e nos regulamentos".

Sobre o total de afastamentos já registrados de transexuais, a Marinha informou ter tido dois casos por esse motivo, tendo sido um reintegrado por decisão judicial. Já a Força Aérea informou não ter militares transexuais no cadastro, enquanto o Exército disse não ter dados sobre o tema.

